



NO SENADO

Renan Calheiros critica PL da Dosimetria e diz que proposta representa "golpe parlamentar"

LELO MAIA – Projeto propõe troca de multa leve por doação de sangue ou medula em Alagoas



MERCADO DE TRABALHO

Lula afirma que cenário econômico permite debater fim da escala 6x1 no Brasil



ACUSADO DE ESTUPRO

Justiça determina nova prisão de Kel Ferreti após revogar medidas cautelares



OPERAÇÃO OVERCLEAN

Relatório da PF cita Arthur Lira em destinação de emendas do orçamento secreto a empresa investigada



FATOS

Em FOCO

COM WILLAMES DE MELO



REPRESENTANDO ALAGOAS

Representando o estado de Alagoas na maior escola de formação política do Brasil, o RenovaBR, a líder política Cidinha da Transformação foi diplomada em um evento realizado no estado de São Paulo. Ela superou diversos obstáculos e se consolidou como uma liderança preparada para a defesa dos valores democráticos e dos direitos fundamentais das cidadãs e dos cidadãos maceioenses.

ONCOLOGIA EM PAUTA

A assessoria técnica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas (Cosems-AL) participou, em Recife, da Oficina Regional das Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), em um espaço voltado à escuta, à troca de experiências e ao aprendizado coletivo. O encontro foi considerado importante para a discussão de ações voltadas a esse segmento da medicina.

SERVIDORES AFASTADOS

A Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (Sesau) afastou temporariamente dez servidores do órgão após uma operação da Polícia Federal que investiga um esquema milionário na saúde do estado, envolvendo a compra de uma pousada e o desvio de recursos públicos.

INTERIOR FORTE

A participação dos municípios do interior no Produto Interno Bruto (PIB) de Alagoas registrou crescimento de 19% em 2024, na comparação com o ano anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, o avanço na produção de riquezas das cidades interioranas foi cinco pontos percentuais superior aos 14% registrados por Maceió.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



Magnânima festa

" A Economia é a ciência severa da escassez. A política é a utopia alegre da abundância". Na manhã de 13 de agosto de 2025 (DIA DO ECONOMISTA), no majestoso Hotel Best Western Premier, encravado na belíssima Pajuçara, celebrou-se em grande estilo a efeméride tão esperada. Os Professores Marcos Antônio Moreira Calheiros - Presidente do CORECON - AL, Cleydner Marques de Magalhães de Magalhães Maurício - Vice-presidente e José Alex, Presidente do SINDECON-AL, foram os anfitriões da magnânima festa.

A Casa do Economista, instituiu a Comenda Celso Furtado, homenageando os professores: José de Melo Gomes, Carlos Bulhões, Silvio Costa, Dilmar Lopes Camerino, Laurentino Veiga, o Superintendente do BNB, Sidiney Reis, Cláudio Jorge, o empresário Luiz Jardim, bem como outros discípulos de Keynes.

A professora Branca Rosa

Silveira de Mendonça Fragoso, filha do imortal Paulo de Castro Silveira, recipiendária do Título, saudei-a como minha ex-professora da disciplina História do Pensamento Econômico da UFAL. Exaltei suas qualidades, influenciando-me a lecionar Formação Econômica do Brasil no CESMAC.

Compareceram à solenidade: o economista José Paulo Gabriel dos Santos - Presidente da JORGRAF, Ivaldo Pinto, Braga Lyra, os advogados Arnaldo Calheiros e Marquinhos Calheiros. A empresária Cristina Jardim (agraciada com a Comenda Celso Furtado), Simone Craveiro (também agraciada), o jornalista Edmilson Teixeira, da Tribuna Independente, fez excelente cobertura, coroando a Coluna de Elenilson Gomes.

Enfatizo o Conselho Regional de Economia (Cofecon), criado pela Lei n 1.411, de 13 de agosto de 1951, em pleno governo constitucionalista de Getúlio Vargas. Congrega a categoria em todo quadrante nacional.

Fiscaliza a profissão quer na área pública, quer na área privada. Promove o mercado, ajudando a encontrar meios a fim de facilitar a vida dos discípulos de Keynes.

Dir-se-ia que o Economista atua no mundo globalizado. Isto é, na área bancária, no setor produtivo, faz perícia econômica, dentre outras tantas relevantes atribuições. Lecionar Economia é uma delas, no meu caso, atuei como professor por várias décadas no CESMAC. Deve-se ressaltar que se destaca pela performance acadêmica exigida.

O Gerente Geral do Hotel Premier, Manoel Jucá, além de ter sido homenageado com a própria Comenda Celso Furtado, prestou com sua fidelidade excelente ajuda. Marcos Calheiros, por sua vez, fez emocionado discurso agradecendo a presença de todos. Comanda a categoria com o brilhantismo que lhe é peculiar. VIVA A MAGNÂNIMA FESTA!



GOVERNO DE ALAGOAS - Ajuste Fiscal Aumenta Proteção para Baixa Renda e Isenta Alimentos Essenciais

Em uma resposta decisiva às preocupações levantadas por entidades do setor produtivo, o Governo de Alagoas reafirmou sua posição firme de proteger a população de baixa renda por meio do ajuste fiscal anunciado. As medidas, segundo o governo, são pautadas por critérios técnicos e um forte compromisso com a responsabilidade social, focando na redução dos impostos sobre produtos essenciais para o dia a dia dos cidadãos mais vulneráveis.

A iniciativa do Estado se concentra na desoneração de alimentos e itens de primeira necessidade, ajustando a política tributária estadual para garantir a diminuição da carga sobre quem mais precisa. A ação já contemplava grande parte da cesta básica, mas foi ampliada para incluir novos produtos e zerar a alíquota

de itens indispensáveis, uma estratégia que visa intensificar a luta contra a fome e a insegurança alimentar na região.

O governo ressalta que a maioria das empresas em Alagoas, classificadas como micro e pequenas, está protegida de qualquer aumento tributário graças a regimes diferenciados, como o Simples Nacional. Além disso, a tributação de combustíveis e energia elétrica para consumidores de baixa renda não sofreu alterações.

A administração estadual tem rebatido previsões de aumento de preços, taxando de alarmistas as projeções feitas pelo setor produtivo. Os dados econômicos atuais, segundo o governo, indicam estabilidade e uma tendência de diminuição dos preços da cesta básica, aliado a uma recuperação da economia nacional.

O ajuste da alíquota modal do ICMS é visto pelo

governo como uma necessária alocação aos padrões médios dos estados nordestinos, especialmente considerando que Alagoas tinha uma das menores alíquotas da região. Ao mesmo tempo, o governo garante que todas as decisões são tomadas com equilíbrio fiscal e sensibilidade social em mente.

A administração estadual continua a dialogar com o setor produtivo, reconhecendo sua importância para a economia e a geração de empregos, mas deixa claro que sua prioridade é garantir melhores condições de vida para os alagoanos de renda mais baixa, focando na redução de impostos sobre produtos essenciais. "Nosso dever é proteger aqueles que mais sentem o peso do consumo", reiterou o governo.

LELO MAIA

Projeto propõe troca de multa leve por doação de sangue ou medula em Alagoas



O deputado estadual Lelo Maia (União Brasil) informou, nesta quinta-feira (18), a apresentação de um projeto de lei, elaborado em conjunto com o deputado Silvio Camelo (PV), que cria um programa de incentivo à doação voluntária de sangue e de medula óssea em Alagoas. A proposta tem como objetivo fortalecer os estoques dos hemocentros públicos e das unidades conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o texto, motoristas que cometerem infrações leves de trânsito poderão optar entre o pagamento da multa ou a realização de

doação de sangue ou de medula óssea. Segundo Lelo Maia, a medida não se caracteriza como perdão indiscriminado, não se aplica a infrações graves ou que coloquem vidas em risco e não implica retirada de pontos da Carteira Nacional de Habilitação.

O parlamentar destacou ainda que o benefício poderá ser utilizado no máximo duas vezes por ano e estará condicionado à comprovação oficial da doação realizada em unidades do SUS. Para ele, a proposta transforma uma infração de menor gravidade em uma ação de impacto social. "Cada doação pode salvar até quatro vidas. A ideia é unir

responsabilidade no trânsito com compromisso com a vida", afirmou.

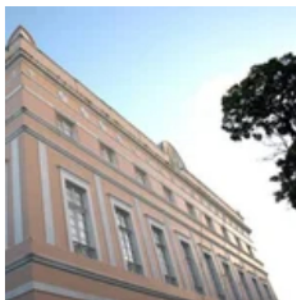
" style="padding: 0px; margin: 0px; list-style: none; border-width: 1px; border-style: solid; border-color: #000000; border-image: initial; outline: none; box-sizing: border-box; display: block; background: #ffffff; border-radius: 15px; color: #2c2f34; font-family: -apple-system, BlinkMacSystemFont, "Segoe UI", Roboto, Oxygen, Oxygen-Sans, Ubuntu, Cantarell, "Helvetica Neue", "Open Sans", Arial, sans-serif; font-size: 13px; font-style: normal; font-variant-ligatures: normal; font-variant-

caps: normal; font-weight: 400; letter-spacing: normal; orphans: 2; text-align: start; text-indent: 0px; text-transform: none; widows: 2; word-spacing: 0px; -webkit-text-stroke-width: 0px; white-space: normal; text-decoration-thickness: initial; text-decoration-style: initial; text-decoration-color: initial;">

Lelo Maia ressaltou que o projeto preserva o rigor da legislação de trânsito ao mesmo tempo em que estimula a solidariedade e a responsabilidade social, ao incentivar um gesto que pode contribuir diretamente para salvar vidas em Alagoas.

LEGISLATIVO

Mesa Diretora da ALE institui férias coletivas para servidores no recesso legislativo



A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (ALE) oficializou, por meio de ato publicado no Diário Oficial da Casa, a concessão de férias coletivas aos servidores durante o recesso legislativo de fim de ano. A decisão atinge servidores efetivos e comissionados da instituição.

Conforme o ato, os

deverão cumprir, obrigatoriamente, férias coletivas no período de 17 de dezembro de 2025 a 16 de janeiro de 2026. A norma também alcança servidores que não usufruíram férias do último período aquisitivo ou que possuem férias acumuladas, permitindo, nesses casos, a ampliação do afastamento até 15 de fevereiro de 2026.

O texto também disciplina o regime de férias dos servidores comissionados. Aqueles que não exercem funções de direção deverão gozar 30 dias de férias durante o recesso, dentro do intervalo entre 17 de dezembro de 2025 e 15 de fevereiro de 2026.

Apesar da publicação do ato, o recesso legislativo ainda não foi iniciado. Na quinta-feira (18), o presidente da Assembleia, deputado Marcelo Victor, convocou sessão ordinária para a próxima segunda-feira, 22 de dezembro.

A medida não se aplica aos servidores que desempenham atividades que exigem regime de plantão permanente, garantindo a continuidade dos serviços essenciais da Casa. A adoção das férias coletivas também tem como objetivo reduzir passivos trabalhistas e evitar novas ações judiciais movidas por servidores em busca do direito ao gozo de férias.

MERCADO DE TRABALHO

Lula afirma que cenário econômico permite debater fim da escala 6×1 no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou nesta quinta-feira (18) que o Brasil já vive um momento favorável para discutir a redução da jornada de trabalho, com atenção especial à escala 6×1. A avaliação foi feita durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto, em que o chefe do Executivo apresentou um balanço das ações do governo federal desde o início do mandato.

Ao comentar o tema, Lula afirmou que os ganhos econômicos e sociais registrados nos últimos anos, aliados aos avanços tecnológicos, permitem repensar o atual modelo de

trabalho sem comprometer a atividade produtiva. Segundo ele, a redução da jornada pode garantir mais qualidade de vida aos trabalhadores, com mais tempo para a família, para os estudos e para o descanso. O presidente avaliou ainda que setores como comércio e indústria já possuem estrutura para absorver esse tipo de mudança.

O chefe do Executivo citou indicadores que, na sua avaliação, sustentam o debate, como o crescimento do Produto Interno Bruto acima de 3%, a queda do desemprego ao menor

patamar dos últimos anos, o aumento da massa salarial e a geração de milhões de empregos formais desde 2023. Ele também mencionou a redução da pobreza e a retirada do Brasil do Mapa da Fome como parte dos avanços sociais do período.

Durante a entrevista, Lula defendeu que a circulação de renda e o fortalecimento do consumo interno foram decisivos para a retomada econômica. Para o presidente, políticas públicas voltadas à valorização do trabalho e à distribuição de renda contribuem para um ciclo positivo que beneficia o comércio, a

indústria e o mercado de trabalho como um todo.

Além da escala 6×1, Lula abordou outros temas do balanço do governo, como a articulação com o Congresso Nacional, os investimentos em infraestrutura por meio do Novo PAC e mudanças na política tributária. No entanto, ao tratar da jornada de trabalho, o presidente destacou que o debate deve avançar com responsabilidade, como parte de uma agenda social voltada à melhoria das condições de vida da população brasileira.

ARTICULAÇÃO

Em Alagoas, Lula não vê risco de PSD e MDB na disputa de 2026

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciou articulações para garantir apoio ou, ao menos, neutralidade do PSD e do MDB nas eleições presidenciais de 2026. A movimentação ocorre no plano nacional, diante do avanço de setores dessas legendas que defendem uma candidatura da direita, enquanto, em Alagoas, o cenário é visto como estável para os petistas.

No estado, o MDB é comandado pelo grupo político dos Calheiros que

mantém influência direta sobre o PSD local. Marcelo Victor, presidente da Assembleia Legislativa, e o governador Paulo Dantas, ambos ligados aos Calheiros, são filiados ao MDB e exercem controle político sobre o PSD alagoano, o que afasta, ao menos por ora, riscos de alinhamento dessas siglas a projetos adversários ao Palácio do Planalto.

A preocupação de Lula se concentra em outros estados, especialmente em São Paulo. Na capital paulista, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) mantém proximidade com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), nome apontado como possível candidato à Presidência. Tarcísio conta ainda com o apoio de uma ala influente do PSD, liderada por Gilberto Kassab, presidente nacional do partido e integrante do secretariado do governo paulista.

Essa articulação paulista, considerada estratégica dentro do MDB e do PSD, defende abertamente a candidatura de Tarcísio em 2026, o que acendeu o alerta no núcleo político do governo federal. Diante desse cenário, Lula passou a mapear aliados em cargos do segundo escalão que possam se comprometer com sua reeleição, mesmo contando formalmente com ministros de partidos do centrão.

A estratégia do Planalto é explorar as divisões internas no campo da direita e ampliar o número de aliados dentro dos partidos de centro, por meio de acordos regionais e da construção de palanques estaduais. Para interlocutores próximos, Lula aposta em sua experiência política para navegar nesse ambiente fragmentado e evitar que PSD e MDB formalizem apoio a um projeto presidencial adversário em 2026.

ACUSADO DE ESTUPRO

Justiça determina nova prisão de Kel Ferreti após revogar medidas cautelares

A Justiça de Alagoas determinou o retorno à prisão do influenciador digital Kleverton Pinheiro de Oliveira, conhecido como Kel Ferreti, após a revogação das medidas cautelares que o mantinham fora do regime fechado. O mandado de prisão preventiva foi expedido nesta quinta-feira (18), por decisão do desembargador João Lessa, do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL).

O caso refere-se a um crime ocorrido em 16 de junho de 2024, em uma pousada no bairro de Cruz das Almas, em Maceió. Conforme a denúncia, a vítima relatou ter sido submetida a violência sexual acompanhada de agressões físicas, incluindo socos, tapas e estrangulamento, além de tentativas de impedir que ela deixasse o local.

Kel Ferreti foi preso inicialmente em dezembro de 2024, durante uma operação

policial que investigava jogos online. Em abril deste ano, ele foi condenado a 10 anos de prisão por estupro. Posteriormente, em agosto, a pena foi reduzida para sete anos, com cumprimento em regime semiaberto e imposição de medidas cautelares, agora revogadas pela Justiça.

Em nota, a defesa afirmou discordar da decisão e questionou a legalidade da decretação da prisão preventiva. A advogada Amanda

Montenegro sustentou que a medida é ilegal, processualmente nula e afronta o devido processo legal, além de ter sido adotada de forma monocrática, apesar de o caso já estar sob análise da Câmara Criminal. A defesa também alegou que não há provas de descumprimento das cautelares ou de aproximação da vítima e informou que adotará as medidas jurídicas cabíveis nas instâncias superiores.

POLÍTICA

Ministro do STF aponta indícios de fraude de senador, mas recusa prisão preventiva por "efeitos drásticos" na atuação parlamentar.

O ministro André Mendonça, integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), manifestou sua análise sobre as suspeitas que cercam o senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão, após investigações que o apontam como suposto envolvido em um esquema de fraudes relacionadas a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Embora Mendonça reconheça a existência de "fortes indícios" de participação do parlamentar em práticas fraudulentas, decidiu não acatar o pedido de prisão preventiva feito pela Polícia

Federal (PF). Em sua avaliação, a prisão representaria uma medida com "efeitos drásticos", que não se mostra necessária neste momento.

Na última quinta-feira, Weverton Rocha foi alvo de um mandado de busca e apreensão, uma ação que reflete a seriedade das investigações sobre suas atividades. A análise do ministro seguiu, em parte, o posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR), que também se manifestou contra a medida extrema de prisão. Mendonça destacou a complexidade do caso ao afirmar que, apesar dos indícios de irregularidades envolvendo descontos em benefícios previdenciários do INSS, a decretação de uma prisão preventiva deve ser tratada com cautela.

A argumentação do ministro ressalta que a prisão de um parlamentar não é uma decisão a ser tomada de ânimo leve, devido às implicações que podem

comprometer o funcionamento democrático. "A decisão judicial que determina a prisão de um parlamentar acarreta efeitos drásticos em uma república, notadamente por inviabilizar o pleno exercício do mandato parlamentar", ponderou Mendonça. Essa questão se traduz em um princípio fundamental do Estado democrático de direito: a necessidade de garantir a continuidade do trabalho legislativo, mesmo diante de investigações que envolvem os membros do poder público.

Diante desse contexto, a decisão de não autorizar a prisão de Weverton Rocha parece refletir um equilíbrio delicado entre a necessidade de justiça e a proteção das prerrogativas parlamentares. O caso, que continua a ser acompanhado de perto, poderá ter desdobramentos significativos para a carreira política do senador e para a confiança do público nas instituições responsáveis pela sua supervisão.

OPERAÇÃO OVERCLEAN

Relatório da PF cita Arthur Lira em destinação de emendas do orçamento secreto a empresa investigada

Um relatório sigiloso da Polícia Federal, elaborado no âmbito da Operação Overclean, cita o ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) na destinação de emendas parlamentares do chamado orçamento secreto para o pagamento de uma ata de registro de preços vinculada a um pregão considerado fraudado. O documento integra uma investigação que apura desvios de recursos públicos por meio de contratos firmados com órgãos federais.

Deflagrada inicialmente em dezembro de 2024, a Operação Overclean já soma oito fases e continua mapeando contratos irregulares e o uso de emendas parlamentares para alimentar esquemas de fraudes licitatórias. As apurações tiveram início em 2023, após denúncias de lavagem de

dinheiro envolvendo sócios de empresas contratadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desde 2017.

No centro das investigações está a Allpha Pavimentações e Serviços de Construções Ltda., empresa pertencente aos irmãos Fábio Rezende Parente e Alex Rezende Parente, presos na primeira fase da operação e apontados como líderes do esquema. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), o grupo utilizava empresas de fachada e "laranjas" para fraudar contratos públicos e lavar recursos, movimentando ao menos R\$ 1,4 bilhão. Além da Allpha, outras empresas ligadas aos irmãos também estão sob investigação.

Em dezembro de 2023, Arthur Lira, então presidente da Câmara, participou da assinatura da ordem

de serviço para a obra anunciada como a maior intervenção asfáltica do município de Ouro Branco, no Sertão de Alagoas. A Allpha foi contratada para pavimentar cerca de 14 quilômetros de uma estrada vicinal que liga o município a Pernambuco. O contrato previa o valor de R\$ 20.386.405,55, com recursos oriundos de emendas indicadas por Lira no âmbito do orçamento secreto.

De acordo com a PF e auditorias da CGU, o DNOCS em Alagoas aderiu a uma ata de registro de preços do DNOCS da Bahia, considerada fraudada e que está no epicentro das investigações. A Controladoria identificou indícios de sobrepreço e superfaturamento na obra. Entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, em pouco mais de dois meses, a Allpha recebeu cerca de R\$ 9 milhões. Com o avanço das

medições, os pagamentos se aproximaram de R\$ 13 milhões.

As investigações também apontam que o DNOCS do Ceará teria aderido à mesma ata fraudulenta e instaurado processo interno para pagamento da obra já quitada em Alagoas, utilizando fotos e relatórios de medições anteriores, o que poderia configurar duplicidade de empenho e liquidação. O pagamento só não foi efetivado porque, em dezembro de 2024, uma nova fase da Operação Overclean foi deflagrada. Segundo fontes, servidores teriam tentado excluir documentos para destruir provas e encerrar o processo.

O caso tramita sob sigilo no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Flávio Dino, e é conduzido pela Polícia Federal em conjunto com a CGU. (Com R7)

POLÍTICA INTERNACIONAL

STF Celebra Fim da Aplicação da Lei Magnitsky ao Ministro Alexandre de Moraes e Reitera Compromisso com a Independência Judicial

Na última sexta-feira, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, comemorou o recente anúncio do governo dos Estados Unidos sobre a revogação da aplicação da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes. A decisão, que visa proteger indivíduos que enfrentam violações de direitos humanos em seus países, havia gerado polêmica e inquietação no cenário político brasileiro, especialmente no âmbito do Judiciário.

Em um discurso emblemático que marcou o encerramento do ano judiciário, Fachin fez questão de reiterar uma postura intransigente em relação a ameaças contra membros da Corte. O ministro destacou que o STF não se deixará intimidar por pressões externas, reafirmando a independência e a integridade do Judiciário brasileiro. "Que esta Corte jamais se dobre a ameaças, venham de onde vier", declarou, num tom firme que ecoou o sentimento de muitos que defendem a soberania do Judiciário.

A revogação da Lei Magnitsky, que atingia Moraes e seus familiares, foi recebida com alívio por parte de muitos juristas e defensores do Estado de Direito. A aplicação dessa lei em casos considerados injustos foi criticada como uma tentativa de interferência nas questões internas do Brasil, levantando discussões sobre a liberdade de atuação do Judiciário e o respeito

O anúncio não apenas fortaleceu a posição do ministro Alexandre de Moraes, mas também reforçou a narrativa de que a autonomia do STF deve ser preservada diante de pressões internacionais. Fachin, ao reconhecer a revogação como uma conquista significativa, enfatizou a importância de um Judiciário que exerce sua função sem medo de repercussões externas.

A postura de Fachin e a resolução do governo americano evocam um debate amplo sobre a relação entre os poderes e a influência estrangeira nas questões nacionais, um tema que provavelmente continuará a dominar as conversas no Brasil ao longo do próximo ano. A frase de Fachin serve como um mantra para a defesa da autonomia do Judiciário: o STF, segundo ele, permanecerá firme frente a qualquer tipo de ameaça à sua independência.

NO SENADO

Renan Calheiros critica PL da Dosimetria e diz que proposta representa "golpe parlamentar"

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) fez duras críticas ao Projeto de Lei da Dosimetria durante debate no Senado Federal e classificou a proposta como um "golpe parlamentar". Para o parlamentar, a iniciativa que reduz penas de condenados pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro — reproduz estratégias históricas de anistia que, segundo ele,

enfraquecem o regime democrático.

Ao fazer referência ao golpe militar de 1964, Renan afirmou que tentativas anteriores de pressionar o Judiciário não tiveram êxito e que, agora, a articulação ocorre dentro do Congresso. "Depois de fracassarem outras formas de constrangimento à Justiça, a conspiração reaparece sob a forma de projeto legislativo", disse.

O senador também destacou que o Supremo Tribunal Federal observou todas as garantias legais nos julgamentos relacionados aos atos antidemocráticos e que não há fundamento jurídico para a reavaliação das penas. Na avaliação de Renan, propostas de anistia ou flexibilização das condenações não promovem pacificação institucional.

Segundo o parlamentar, a experiência histórica

demonstra que o perdão a crimes contra a democracia tende a produzir novos ciclos de instabilidade. "A responsabilização é o que fortalece as instituições", afirmou, acrescentando que a punição dos envolvidos é essencial para preservar o Estado Democrático de Direito.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Congresso promulga emenda que permite acumulação de cargos de professor, reforçando valorização do magistério e segurança jurídica na educação pública

Na manhã do dia 19 de dezembro de 2025, uma sessão solene no Congresso Nacional marcou um importante avanço na valorização da profissão docente no Brasil: a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 138. Esta nova norma possibilita que professores públicos acumulem um cargo com outro de diferentes naturezas, desde que respeitados o teto salarial e a carga horária estipulada.

A emenda teve sua origem na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 169/19, de

autoria do deputado Capitão Alberto Neto, do PL do Amazonas. Aprovada na Câmara dos Deputados em outubro e no Senado em dezembro, a proposta reflete um reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos educadores, que muitas vezes precisam de complementação de renda.

Durante a cerimônia, o presidente da Câmara, Hugo Motta, ressaltou a importância dos professores para a educação no país. Em seu discurso, ele enfatizou que esses profissionais estão na linha de frente da formação das novas gerações e, por isso, merecem respeito e valorização. Motta também mencionou a recente aprovação do novo Plano Nacional de Educação, que busca melhoria e adequação nas diretrizes educacionais, apresentando um caminho viável para que os gestores possam alcançar as metas estabelecidas.

Por sua vez, Davi Alcolumbre, presidente do Senado e do Congresso, frisou que a EC 138 oferece segurança jurídica aos docentes, corrigindo um ponto histórico de distorção na Constituição que limitava as possibilidades de atuação dos professores no serviço público. Alcolumbre elogiou ainda a gestão de Hugo Motta à frente da Câmara, destacando a harmonia entre as duas Casas do Legislativo em tempos desafiadores.

A promulgação da emenda é vista como um passo significativo para fortalecer a educação no Brasil, promovendo a valorização do magistério e permitindo que os professores tenham melhores condições de vida e trabalho, vivendo com mais dignidade e comprometimento nas aulas. Assim, o Congresso reafirma seu papel como agente ativo em prol da educação e da valorização de quem dedica sua vida ao ensino.

DINHEIRO

INSS já devolveu mais de R\$ 58 milhões a aposentados e pensionistas de Alagoas por descontos irregulares

Entidades representativas do setor produtivo de Alagoas voltaram a se posicionar contra as medidas do Governo do Estado que ampliam a carga tributária sobre o consumo. Em nova nota divulgada nesta quarta-feira (18), as federações e associações empresariais reforçam críticas à restauração integral do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEFAL) e ao aumento da alíquota modal do ICMS de 19% para 20,5%.

O documento aprofunda o debate iniciado no início da semana e contesta os argumentos apresentados pelo Executivo estadual para justificar as mudanças. Segundo as entidades, as teses de justiça fiscal, proteção às famílias de baixa renda e adequação à Reforma Tributária não encontram respaldo técnico ou econômico.

Na avaliação do setor produtivo, o ICMS é um

imposto de natureza regressiva e, portanto, incompatível com o conceito de justiça fiscal, que pressupõe progressividade. A elevação da alíquota, afirmam as entidades, recai de forma mais pesada sobre as famílias de menor renda e não corrige desequilíbrios estruturais da arrecadação estadual.

As entidades também questionam a alegação de que a isenção do ICMS sobre itens da cesta básica compensaria o aumento da alíquota geral. Segundo a nota, grande parte desses produtos já contava com benefícios fiscais em Alagoas, o que reduz o alcance prático da medida. Além disso, o reajuste do imposto impacta custos essenciais, como energia elétrica, transporte, logística, serviços e comércio, o que tende a provocar repasses ao consumidor e uma elevação generalizada

dos preços fora da cesta básica.

Outro ponto rebatido diz respeito à afirmação de que apenas uma parcela limitada das empresas seria diretamente afetada. Para o setor produtivo, o impacto do aumento do ICMS se espalha ao longo de toda a cadeia econômica, desde a produção até o varejo, chegando inevitavelmente ao consumidor final. Nesse cenário, as famílias de menor renda seriam as mais penalizadas.

A nota também rejeita o argumento de que o reajuste seria uma exigência da Reforma Tributária. De acordo com as entidades, o novo sistema prevê uma transição gradual e não impõe aumentos imediatos das alíquotas estaduais, o que torna a medida uma decisão política do governo local. O comparativo com outros estados, usado para defender a

equiparação das alíquotas, também é questionado, diante da menor renda média da população alagoana e da ampla incidência de fundos adicionais como o FECOEP sobre itens de consumo.

Ao concluir a manifestação, o setor produtivo afirma não ser contrário a políticas de proteção social, mas defende que elas sejam financiadas por meio da melhoria da eficiência do gasto público, do combate à evasão fiscal e do estímulo à atividade econômica. As entidades reiteram o pedido de diálogo com o Governo do Estado e com a Assembleia Legislativa para que decisões de grande impacto econômico e social sejam tomadas com transparência, responsabilidade fiscal e visão de longo prazo.

ALAGOAS

Estudante alagoana de Jornalismo é reconhecida por pauta inovadora sobre marisqueiras e vence prêmio da Globo, destacando a força das histórias locais.



No cenário do jornalismo alagoano, Maria Eduarda Cardoso Santos, estudante da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), se destaca ao conquistar o 2º edital da Academia LED — Jornalismo Globo na Universidade. Aos 19 anos, e atualmente no 4º período de seu curso, Maria Eduarda, carinhosamente chamada de Madu, traz à tona a história de luta das marisqueiras do bairro Vergel do Lago, em Maceió. Este grupo, que enfrenta os efeitos do afundamento do solo da lagoa Mundaú, encontrou na reinvenção econômica uma nova forma de subsistência.

Atuando como estagiária do Portal CadaMinuto, Madu fez parte de um projeto promovido pela Globo e pela Fundação Roberto Marinho, dentro do

Movimento LED – Luz na Educação. A estudante compartilhou seu processo de criação da pauta que a levou à vitória. “Refleti sobre um tema que pudesse chamar a atenção da Globo. Foi assim que me lembrei da moeda social ‘Sururote’, que ajuda a movimentar a economia local”, explicou. Durante o mês de outubro, Madu dedicou-se a aprofundar-se em reportagens e pesquisas da Ufal, especialmente em relação ao crime ambiental causado pela Braskem, relevante no contexto da sua pauta.

O tema do concurso deste ano foi “Inovação nas cidades: onde o Nordeste se reinventa”, e contou com a participação de mais de 200 estudantes de toda a região. O trabalho de Maria Eduarda destacou como as

marisqueiras do Vergel do Lago se uniram para recuperar sua autonomia econômica. Sua pauta não apenas impressionou os jurados, mas também ganhou destaque nas fases classificatórias, refletindo a realidade de muitas mulheres na região.

Além do prestígio, os dez selecionados recebem um prêmio de R\$ 10 mil, destinado à produção de suas reportagens. Eles ainda terão a oportunidade de participar de uma experiência imersiva nas redações da Globo, com mentorias de profissionais renomados. Sobre a emocionante trajetória até a finalização do concurso, Madu confessou: “Chorei muito ao saber que era a única do estado entre as 15 finalistas. Mesmo que não vencesse, já era uma grande conquista.”

Ela também enfatiza o papel essencial da educação pública em seu desenvolvimento, reconhecendo a importância do apoio de colegas e da influência de professores. A docente Priscila Muniz, em particular, deixou uma marca significativa em sua formação com seu enfoque em questões ambientais.

Entusiasmada com essa conquista, Maria Eduarda compartilha que este prêmio representa mais que um reconhecimento pessoal: “É uma vitória da Ufal, dos meus professores e amigos, e de Alagoas. Estou vivendo a realização de um sonho!” Com uma trajetória promissora pela frente, Madu Cardoso emerge como uma voz representativa do novo jornalismo no Nordeste brasileiro.

COMEMORAÇÕES

**Alagoas Previdência
Comemora 10 Anos com
Avanços e Liderança
Nacional na Gestão de RPPS**



No ano de 2025, Alagoas Previdência obteve reconhecimento e realizou significativos avanços na área previdenciária, consolidando sua posição como referência nacional após uma década de atuação. A comemoração desta importante marca foi marcada pelo 1º Congresso de RPPS de Alagoas, realizado em novembro, que reuniu gestores e especialistas para discutir os rumos da previdência pública.

Durante o ano, a autarquia também lançou o 1º Prêmio de Excelência em Gestão Previdenciária de Alagoas, destacando as melhores práticas de gestão dos regimes próprios municipais. Roberto Moisés, presidente da Alagoas Previdência, ressaltou os avanços estruturantes e a promoção de uma cultura de eficiência e transparência.

Um dos destaques foi a obtenção de cinco notas A no Índice de Situação Previdenciária (ISP) do Ministério da Previdência Social, refletindo excelência em critérios como governança e situação financeira, assegurando estabilidade e segurança para os segurados.

A renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo Ministério da Previdência Social reafirmou o compromisso da autarquia

com critérios rigorosos e transparência, destacando-se de outras unidades gestoras.

Investimentos em capacitação e inovação foram prioridades ao longo do ano, com ações voltadas para a formação de gestores e equipes técnicas, além de conscientização digital e segurança da informação.

Ao longo de 2025, Alagoas Previdência também recebeu diversos prêmios em âmbito nacional, como o Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária e o Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, reafirmando seu protagonismo no cenário brasileiro. Roberto Moisés destacou que esses reconhecimentos confirmam o caminho certo adotado pela autarquia, aumentando a responsabilidade de continuar aperfeiçoando processos e resultados.

ALAGOAS

Projeto Leva Cidadania a Famílias Rurais de Alagoas com Serviços Públicos e Apoio à Agricultura Familiar



No último fim de semana, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2025, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri) deu início a um projeto inovador chamado "Agricultura Familiar em Movimento". O principal objetivo é ampliar o acesso das comunidades rurais às políticas públicas. Este audacioso projeto ocorreu em Olho D'Água das Flores e Palmeira dos Índios, Alagoas, beneficiando cerca de 70 famílias.

Durante o evento, diversas ações foram realizadas, como a emissão de documentos essenciais para a promoção e desenvolvimento da atividade agrícola. Entre os serviços

oferecidos estavam o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (CAF), Carteira de Identidade (RG), inscrição no programa Garantia-Safra, Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de importantes orientações sobre o INSS. Este conjunto de serviços facilitou o acesso dos produtores a direitos e benefícios a que têm direito.

O secretário de Agricultura e Pecuária, Marcelo Melo, ressaltou a importância de aproximar o governo dos produtores rurais, destacando que a presença governamental efetiva transforma políticas públicas em realidade concreta. Segundo ele, muitos agricultores enfrentavam

dificuldades para acessar serviços, mas com essa iniciativa, barreiras foram superadas.

O projeto também se destacou por sua estratégia de busca ativa. Famílias rurais prioritárias foram transportadas até o local das atividades pela van do projeto, garantindo que todos que necessitavam dos serviços pudessem comparecer. Essa ação integrada contou com o apoio de diversas secretarias e equipes multidisciplinares.

Betânia dos Santos, uma agricultora da comunidade Quilombo Tabacaria, exemplifica os benefícios do projeto. Ela relatou dificuldades na

última safra e aproveitou a oportunidade para garantir sua inscrição no Garantia-Safra, além de participar de outros programas governamentais. Com a iniciativa, o governo de Alagoas reafirma seu compromisso em apoiar as comunidades historicamente marginalizadas, criando um futuro mais inclusivo e promissor.

A Seagri já planeja expandir o projeto em 2026 para as nove regiões administrativas do estado, priorizando áreas com histórico de dificuldade no acesso a serviços públicos essenciais.

ALAGOAS

Secretaria Entrega Leite para 500 Famílias em Vulnerabilidade em Olho D'Água das Flores durante Ação Governamental



Em 18 de dezembro de 2025, a cidade de Olho D'Água das Flores foi palco de uma significativa ação social promovida pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri). Durante o evento Governo Trabalhando, foram distribuídos 2 mil litros de leite à população local como parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esta iniciativa tem como

objetivo principal atender cerca de 500 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e nutricional no município.

O secretário de Agricultura, Marcelo Melo, esteve presente na entrega e destacou a importância do PAA para o combate à fome em Alagoas. Ele pontuou que, ao longo de oito meses de execução da modalidade leite do programa, mais de 64 mil famílias em todo o estado foram beneficiadas. O secretário frisou que este ano o governo de Paulo Dantas investiu R\$ 24 milhões para garantir a compra direta de leite dos produtores da agricultura familiar, assegurando a segurança alimentar de milhares de famílias.

Uma das beneficiárias, Carolina Lessa, que há dez anos recebe o leite, contou sobre o impacto positivo na alimentação de sua família. Mãe de quatro filhas e grávida, ela destaca como o leite é crucial para a saúde e nutrição de seus familiares.

Além da distribuição de leite, a Seagri disponibilizou serviços para emissão de documentos essenciais, integrando o projeto Agricultura Familiar em Movimento, que seguiu com atividades até as 16h. Amanhã, o projeto estará em Palmeira dos Índios, com o objetivo de oferecer atendimentos para emissão de documentos e promover diálogos com os agricultores locais.

ALAGOAS

Parceria Estratégica em Alagoas: Indústrias de Laticínios Investem R\$ 30 Milhões e Geram 200 Empregos na Região



Na 3ª edição do Governo Trabalhando, realizada em Monteirópolis, o governador de Alagoas, Paulo Dantas, anunciou uma parceria estratégica que promete revolucionar o setor leiteiro do estado. Três gigantes do setor de laticínios – Betânia, Camponesa e Embaré – uniram forças para se tornarem as administradoras majoritárias da Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas (CPLA).

O governador revelou que o acordo, firmado na última quarta-

feira, prevê investimentos de R\$ 30 a R\$ 40 milhões no estado, além da compra adicional de 300 mil litros de leite. “Estamos tratando do quinto maior grupo de laticínios do Brasil”, destacou Dantas. Ele enfatizou que a única condição imposta foi que as empresas viessem a Alagoas não para dominar o mercado, mas sim para fomentar a produção local, gerando riqueza e desenvolvimento regional.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) já está envolvida na criação

do documento de autorização, garantindo que todas as formalidades sejam cumpridas para viabilizar essa parceria. Paulo Dantas ressaltou a importância dessa notícia para o setor, sublinhando que a iniciativa não só fortalecerá a indústria do leite como também criará 200 novas vagas de emprego. A Bacia Leiteira será o foco principal na distribuição das oportunidades de trabalho.

Adicionalmente, o governador antecipou que, somada à

operação da Natville, prestes a ser inaugurada em Batalha, a região passará a comercializar cerca de 800 mil litros de leite diretamente dos pequenos produtores. Esse movimento busca assegurar um preço competitivo e justo para os produtores locais, refletindo um compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável e a prosperidade dos alagoanos.

ALAGOAS

Governo de Alagoas Conclui Duplicação de Trecho da AL-220 com Investimento de R\$ 70 Milhões



O Governo de Alagoas celebrou, nesta quinta-feira (18), a inauguração de mais um trecho duplicado da rodovia AL-220. Este avanço contempla os municípios de Jacaré dos Homens, Monteirópolis e parte de Olho d'Água das Flores. A nova etapa, que se estende por 20 km, representa um importante marco no desenvolvimento da infraestrutura viária do estado, com um investimento de aproximadamente R\$ 70 milhões do tesouro estadual.

A inauguração marca a terceira fase do programa Governo Trabalhando, que nesta edição se concentra no Sertão. Além da entrega da duplicação, o evento promoveu serviços e atendimentos gratuitos à população, reforçando o compromisso do governo com o desenvolvimento regional.

O governador Paulo Dantas destacou que a obra é parte de um projeto maior, que visa a duplicação de rodovias em todo o estado. “Hoje, celebramos a conquista do quilômetro 75, ligando Arapiraca a Monteirópolis e já alcançando Olho d'Água das Flores. Este trecho representou um investimento total de R\$ 318 milhões”, afirmou o governador. Ele ressaltou a relevância econômica e a segurança proporcionada por essa infraestrutura.

Iran Menezes, presidente

Estradas de Rodagem (DER), enfatizou como Alagoas se destaca nos últimos anos em obras de duplicação. “Estamos mudando o cenário rodoviário do estado. De 30 km duplicados, passamos para mais de 400 km”, disse Menezes, apontando para a meta de chegar a 600 km. O secretário de Transporte e Desenvolvimento Urbano, Mosart Amaral, afirmou que a obra segue em ritmo acelerado até São José da Tapera, apesar da complexidade dos trabalhos. Ele garantiu que, até o final do mandato, a duplicação da AL-220 será concluída até Delmiro Gouveia.

A cerimônia contou com a presença de autoridades locais e deputados, celebrando um momento significativo para o desenvolvimento e a integração da região.

**"CAPACETE?
É AQUI PERTINHO"**

SEMANA NACIONAL
DE TRÂNSITO

**O TRÂNSITO
NÃO ACEITA
DESCULPAS**

**USE O CAPACETE
CORRETAMENTE**

